

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 153.741 - SP (2017/0196832-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE
- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE PIRAPOZINHO - SP
INTERES. : CLAUDIO MORAES E OUTROS
ADVOGADOS : BEATRIZ TEREZINHA DA SILVEIRA MOURA - PR016588
SALMA ELIAS EID SERIGATO - PR030998
ROSANGELA LELIS DELIBERADOR - PR048334
INTERES. : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : GUSTAVO TUFI SALIM - SP256950

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado pelo MM. Juízo Federal da 2ª Vara de Presidente Prudente (SJ/SP), apontando como suscitado o MM. Juízo de Direito da Vara de Pirapozinho/SP.

Em resumo, noticia o r. juízo suscitante a propositura de ação de rito ordinário em face da Caixa Seguradora S/A, com o desiderato de obter pagamento de indenização securitária para a recuperação de imóveis sinistrados, com atualização monetária e acrescido de juros de mora. Sinaliza, nesse contexto, que a demanda foi inicialmente proposta perante o r. juízo suscitado que, na compreensão de que, há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal, declinou da competência.

Contudo, segundo argumenta o r. juízo suscitante *"na forma de precedente firmado por este Colendo STJ, que, a partir da Lei nº 13.100/2014, o interesse da Caixa Econômica "de intervir na lide se configura nas hipóteses que envolvem a contratação da apólice pública, ramo 66, no período de 02/12/1998 a 29/12/2009, se houver o efetivo comprometimento do FCVS". A partir da análise dos autos, comprovado tratar-se de apólice pertencente ao ramo 68 (natureza privada), entendeu-se pela inexistência de interesse da Caixa Econômica Federal na demanda, circunstância que afasta a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito."*

O MPF opinou pela declaração de competência do r. juízo suscitado. (fls. 388/394)

É o relatório.

Decisão.

O incidente está **prejudicado**.

1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu, no âmbito do Recurso Extraordinário 827.996/PR, a repercussão geral da matéria constitucional relacionada à

existência, ou não, de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e se, via de consequência, competiria à Justiça Federal o processamento e julgamento das ações dessa natureza, o que, à toda evidência, enseja a prejudicialidade do exame da questão nesta sede processual, recomendando-se, portanto, o sobrestamento, em seus respectivos juízos, da discussão até ulterior deliberação definitiva do STF. Nesse sentido, confira-se: CC 138.839/SP, Min. Marco Buzzi, DJe de 10/06/2019; CC 165.579/RJ, Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 14/05/2019; CC 165.296/PB, DJe de 06/05/2019; AgInt no CC 149+873/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 17/03/2020.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, julgo prejudicado o presente conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se aos r. juízos suscitados.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator